

## **AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS E O SISTEMA INTERAMERICANO: O CASO XÁKMOK KÁSEK**

### **SELF DETERMINATION OF PEOPLE AND THE INTER-AMERICAN SYSTEM: THE XÁKMOK KÁSEK CASE**

**Douglas Tarcisio Reis da Silva \***

**RESUMO:** O caso Xákmok Kásek *vs.* Paraguai traz um importante debate sobre o direito dos povos indígenas à titularidade de suas terras; além disso, estende-se ao próprio direito à autodeterminação desses povos. Busca-se, neste artigo, uma análise da decisão baseada nas ideias de diversos autores que se fazem relevantes na temática da autodeterminação dos povos (Lévi-Strauss, Geertz), do acesso aos Sistemas Internacionais (Cançado Trindade, Donnelly, entre outros), bem como da relação dos povos indígenas com a Corte Interamericana na busca por seus direitos (Rivera), como forma de melhor entender a dinâmica e as contradições emanantes dessa luta pela afirmação dos direitos indígenas. A partir dessa análise, o objetivo final é inferir se de fato os povos indígenas têm seu direito à autodeterminação garantido dentro da lógica de proteção de direitos do Sistema Interamericano, enfrentando-se, assim, a problemática da eficácia (Bobbio, Dworkin). Dessa forma, utilizam-se aqui a metodologia da análise documental e o método dialético para chegar a conclusões aplicáveis tanto ao caso quanto ao Sistema Interamericano. Por fim, o objetivo maior é verificar a problemática de que a própria lógica de proteção de direitos dos indígenas pode ser fruto de um “olhar” que também leva à violação destes.

**Palavras-chave:** Autodeterminação. Povos indígenas. Sistema Interamericano.

**ABSTRACT:** Xákmok Kásek *vs.* Paraguay case brings an important debate on the right of indigenous peoples to the property of their land, moreover it extends to the own right of self-determination of these people. The purpose of this article is an analysis of the decision based on ideas of several authors that are relevant to the issue of self-determination (Lévi-Strauss, Geertz), from the access in the International Systems (Cançado Trindade, Jack Donnelly, and others), and the relationship of indigenous peoples with the Inter-American Court in the search for their rights (Silvia Rivera), as a way to understand the dynamics and contradictions emanating from this struggle to affirm the indigenous rights. From this analysis, the final goal is to infer if in fact the indigenous peoples have the right of self-determination guaranteed

---

\* Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA) – mobilidade em Direito Internacional na Adam Mickiewicz University, Polônia. Bragança – Pará – Brasil.

within the Inter-American System's logic of rights protection, facing the issue of effectiveness (Bobbio, Dworkin). Thus, documental search methodology is used here, as well as the dialectical method to reach applicable conclusions in the case as well as in the inter-American system in general. Finally, the main objective is to verify the hypothesis that indigenous rights protection logic itself can be a result from a "look" that also leads to violation of these rights.

**Keywords:** Self-determination. Indigenous peoples. Inter-American system.

**SUMÁRIO: 1 INTRODUÇÃO; 2 O CASO XÁKMOK KÁSEK, ETNOCENTRISMO E IDENTIDADE; 3 UNIVERSALIDADE, UNIVERSALISMO E AFIRMAÇÃO; 4 AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS E O SISTEMA INTERAMERICANO; 5 CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.**

## 1 INTRODUÇÃO

Na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o caso *Xákmok Kásek vs. Paraguai* apresenta uma importância singular. Ao tratar do direito à propriedade coletiva da terra pelas comunidades tradicionais, também traz como pano de fundo toda a problemática relacionada à proteção de direitos dos indígenas no contexto interamericano, especialmente a relação entre a garantia de direitos por parte do Sistema Interamericano e o respeito às minorias. Isso se verifica no fato de a violação ao direito à propriedade acabar por se estender a outros direitos, como o da própria autodeterminação das comunidades indígenas, o que leva a uma preocupação quanto à abordagem estatal no que concerne à garantia dos direitos dessas comunidades. Além disso, volta-se a atenção ao entendimento dos próprios direitos humanos, especialmente quanto ao caráter de universalidade e ao espaço do direito das minorias dentro dos sistemas de proteção.

Nesse sentido, o presente artigo busca, por meio da análise da sentença, bem como do estudo doutrinário, identificar o "olhar" direcionado aos povos indígenas dentro dos países e do Sistema Interamericano, como forma de melhor entender a dinâmica e as contradições emanantes da luta pela afirmação dos direitos indígenas. Também busca inferir se de fato os povos indígenas têm seu direito à autodeterminação garantido dentro da lógica de proteção de direitos do Sistema Interamericano.

Para alcançar tais objetivos, o presente estudo utiliza-se da análise bibliográfica voltada para a obra de diversos autores que se fazem relevantes na temática da autodeterminação dos povos, do acesso aos Sistemas Internacionais, da relação dos povos indígenas com a Corte Interamericana e, ainda, da eficácia do Sistema Interamericano. A partir dessa literatura, é realizada a análise da sentença do caso Xákmok Kásek *vs.* Paraguai, sendo identificadas as peculiaridades e problemáticas do caso; por meio de um processo dialético, buscam-se conclusões que expliquem o cenário da proteção de direitos da minoria indígena no âmbito interamericano.

Por fim, o objetivo maior é verificar a hipótese de que a própria lógica de proteção de direitos dos indígenas pode ser fruto de um “olhar” que também leva à violação desses direitos.

## 2 O CASO KÁKMOK KÁSEK, ETNOCENTRISMO E IDENTIDADE

Para dar início à análise do caso proposto, necessária se faz uma contextualização da problemática envolvida. No curso temporal, o caso Xákmok Kásek *vs.* Paraguai (OEA, 2010) começou a ser analisado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no dia 15 de maio de 2001, sendo submetida a demanda à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) na data de 3 de julho de 2009.

Relativamente ao mérito, surge interessante discussão sobre o direito à propriedade indígena. Conforme consta da sentença, a demanda proposta se baseia na suposta falta de garantia por parte do Estado paraguaio do direito à propriedade ancestral da comunidade indígena Xákmok Kásek, uma vez que, desde 1990, estaria tramitando tal solicitação de reivindicação territorial, sem um resultado satisfatório para a comunidade. Dessa forma, tal mora do Estado não causou efeitos apenas a um direito ao registro legal da propriedade e à garantia da posse, mas também resultou em efeitos devastadores para a comunidade, como a manutenção de um estado de vulnerabilidade alimentícia, médica e sanitária de seus membros, ameaçando, assim, a própria integridade e sobrevivência de seus integrantes.

Com base nesses fatos, a Comissão Interamericana solicitou à Corte que declarasse o Estado responsável pela violação dos direitos consagrados nos arts. 3º (direito à personalidade jurídica), 4º (direito à vida), 8º (inciso 1 – garantias judiciais), 19 (direitos da criança), 21 (direito à propriedade) e 25 (proteção judicial), em relação às obrigações estabelecidas nos arts. 1º (inciso 1 – obrigação de respeitar os direitos), e 2º (adequação da legislação interna), da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), de 1969. Representantes dos membros da comunidade também alegaram a violação do direito à integridade pessoal (art. 5º da CADH). Por fim, foi solicitado que o Estado paraguaio, além de ser responsabilizado, tomasse as medidas de reparação aplicáveis ao caso.

Em resposta a essas acusações, o Estado do Paraguai buscou em sua contestação uma solução “amistosa”. Alegou que não violou os direitos à propriedade da comunidade indígena, admitindo, sim, a demora em sua garantia. No entanto, não reconheceu que tal demora resultava de sua omissão, mas, sim, de fatores alheios que impossibilitavam a garantia do direito à comunidade até o presente momento. Nesse sentido, o Estado aceitava o pedido de reparação.

Todavia, os representantes da comunidade indígena não aceitaram o acordo, com a justificativa de que tal solução amistosa, trazida pelo Estado, tinha como único objetivo retardar uma medida efetiva por parte da Corte Interamericana, uma vez que o Paraguai já teve, por várias oportunidades, a possibilidade de cumprir o que foi acordado amistosamente, porém não o fez. Esse também foi o entendimento da CIDH, que verificou que essa pretensão de solução amistosa nunca se traduziu em medidas concretas por parte do Estado.

Com base na não aceitação das vítimas e na posição da CIDH, a Corte IDH manteve a demanda, analisando as questões de mérito e se reservando a ditar outras medidas de reparação cabíveis, além do que já se propunha desde já.

Uma questão muito importante que se levanta no caso Xákmok Kásek *vs.* Paraguai surge nas razões do pedido de suspensão do processo, feito pelo Estado. Alegou este que as contradições encontradas no que diz respeito à

denominação e ao pertencimento à comunidade indígena em questão não estariam de acordo com o disposto no Estatuto do Índio, bem como com as normas internacionais que tratam dos direitos indígenas, o que acabaria por impedir o direito à titulação pretendida. Segundo esclareceu o Estado do Paraguai, o “pertencimento étnico” ou a um povo é condição essencial para a transferência de propriedade, o que não se faria possível devido a esse problema de identificação – em alguns casos, aparecendo como “Enxet”; em outros, como “Enxet-Lengua”; e, ainda, como “Sanapaná”.

Ao explicar essas diferenças de denominação, os representantes dos indígenas mencionaram que a comunidade é de configuração multiétnica. Nesse aspecto, há um relevante ponto de debate. Pelo menos em uma análise à primeira vista, a alegação do Estado paraguaio parece se basear em um argumento de cunho etnocêntrico, porém, antes de qualquer afirmação categórica, faz-se necessária uma análise do que se entende por etnocentrismo.

Segundo os ensinamentos de Lévi-Strauss (1960), o etnocentrismo consiste no repúdio às formas culturais mais afastadas daquelas com a que nos “identificamos”, uma recusa à diversidade cultural ou, em resumo, ter seus valores como o centro do mundo. Apesar de parecer um pouco descomedido à primeira vista e, dessa forma, parecer aplicar-se a situações extremas de negação da cultura do outro, entende-se que o etnocentrismo pode se caracterizar e se mostrar de forma mascarada e quase imperceptível.

No entanto, essa atitude não passa despercebida ao se adotar o crivo certo: o olhar. Conforme explica Lévi-Strauss (1960), o etnocentrismo pode ser percebido quando se vê o mundo a partir – apenas – do nosso ângulo (ponto de vista). Isso significa o “não buscar” a compreensão do outro, que será julgado segundo as compreensões que surgem da vivência cultural particular. Essa compreensão do outro, que seria o caminho para a superação do etnocentrismo, é o cerne do que se entende por relativismo.

Sobre o relativismo, outro relevante autor traz suas contribuições. Geertz (2001), ao falar do “antiantirrelativismo” – que não é uma defesa do relativismo, mas um ataque ao antirrelativismo –, busca chamar atenção para a importância de olhar o mundo pela perspectiva do outro. Segundo ele, não se deve temer a atitude relativista, mas buscar entendê-la como uma postura

segundo a qual toda avaliação é relativa a algum padrão, representando, assim, uma atitude de cautela.

Feitas essas considerações, faz-se possível a análise da alegação feita pelo Estado do Paraguai no caso aqui estudado. Quando se diz que a configuração multiétnica é empecilho para conseguir direitos garantidos aos povos indígenas, uma vez que não se enquadra no que está disposto em lei – produto de um ponto de vista ocidental –, tal afirmação soa pelo menos estranha. Ecoa como se o Estado limitasse a organização e configuração dos povos indígenas aos seus critérios, que – como não se adota uma “visão relativista” – desconsideram o olhar das populações indígenas sobre o assunto.

Nesse sentido caminhou o entendimento da CIDH, ao afirmar que a integração multiétnica da comunidade obedece à sua própria história, sendo os povos indígenas grupos dinâmicos, cuja configuração cultural se reestrutura e reconfigura com o passar do tempo, sem que por isso se perca sua condição indígena específica. Mostra-se nesse posicionamento um maior respeito à forma de organização dos povos indígenas, uma vez que, ao adotar esse ponto de vista, se afastaria a imposição de condições baseadas em uma cultura estranha à deles, para que tenham seus direitos assegurados.

Importa esclarecer que não se quer aqui apresentar uma atitude relativista “extrema”, o que levaria a uma insegurança, na medida em que o choque cultural sempre irá acontecer nesses casos e, inevitavelmente, algumas posições e entendimentos terão que ceder. No entanto, o respeito e um olhar antropológico e de entendimento do outro devem sempre permear as decisões tomadas.

### 3 UNIVERSALIDADE, UNIVERSALISMO E AFIRMAÇÃO

Outra atitude de respeito e consonante com essa relativização do olhar aparece no momento em que a Corte IDH se posiciona sobre a configuração “multicultural” do povo Xákmok Kásek. Ao adentrar nesse assunto, entende o tribunal que não cabe a ele determinar a etnia ou o nome da comunidade. A identidade de uma comunidade, desde seu nome à sua composição, é um

feito histórico que faz parte de sua autonomia. Dessa forma, aqui surge outra importante observação quanto aos limites de uma “abordagem universalista”.

Utilizando autores que tratam da evolução dos direitos humanos desde a Declaração Universal, como Donnelly (2003) e Cançado Trindade (2009), tem-se uma clara percepção de que esses direitos surgiram impregnados de uma pretensão de universalidade. A pretensão inicial da Organização das Nações Unidas (ONU) era sagrar tais direitos como pertencentes a todos os seres humanos, em todo e qualquer lugar, independentemente de variáveis. Tal pretensão não se resumia aos direitos civis e políticos, mas também aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESCs), que, conforme esclarece Eide, Krause e Rosas (2001) e Terezo (2014), “surgiram” na mesma época daqueles. Apesar de algumas discussões travadas ao longo do tempo, hoje se tem como pacífico o entendimento de que os direitos culturais se estendem a todos os seres humanos, porém seu exercício está condicionado a determinados critérios e depende da situação fática de cada indivíduo.

Essa ressalva serve para entrar no cerne da questão: dotar os direitos humanos de uma “pretensão universal” não necessariamente quer dizer adotar uma visão universalista em torno deles. Resulta assim que, muitas vezes, com a pretensão de visar a uma maior proteção dos direitos humanos em nível global, o caráter universal desses direitos acaba por desconsiderar as especificidades de determinadas minorias – aí se encontram os indígenas. Bobbio (1992), ao discutir sobre a impossibilidade de adoção de um fundamento absoluto para os direitos humanos, esclarece que um dos motivos de tal impossibilidade é que esses direitos são “historicamente relativos”, ou seja, modificam-se com a mudança das condições históricas da sociedade humana.

Nesse sentido, os direitos das minorias surgem e ganham força como direitos fundamentais, exigindo uma maior atenção do Estado para as particularidades. Nessa interação, analisando diretamente a questão indígena, as diferenças culturais devem ser administradas para, mesmo com a intenção de proteger tais direitos, não reprimi-los, na medida em que se impõe a estes uma moldura ocidental que limita seu gozo por parte das comunidades. Essa moldura é uma limitação clara ao direito à autodeterminação desses povos.

Isso se evidencia quando se discute a violação, pelo Estado paraguaio, do art. 3º da CADH, que trata do direito ao reconhecimento da personalidade jurídica. Conforme explicado pela CIDH e representantes das comunidades, uma grande dificuldade para a obtenção da titulação – assim como outros direitos – reside na ausência de documentos de identificação dos membros da comunidade indígena. Uma parcela significativa destes não possui documentos de identidade. Assim, resulta contraditória a exigência de um ato que deveria ser cumprido pela própria parte que a exige. A emissão de documento é dever do Estado, porém pode ser utilizado como uma conveniente desculpa.

Entretanto, indo mais além, algumas questões merecem resposta. A documentação exigida pelo Estado seria algo plausível em se tratando de povos tradicionais com cultura tão distinta? Seria válido impor um padrão de identificação diferente do que tais comunidades possuem em sua cultura como condição ou o Estado deveria se adaptar para agir independentemente de tal requisito?

Tais questionamentos demonstram o ainda turvo limite entra a garantia dos direitos das populações tradicionais e a interferência em sua cultura e autodeterminação. No entanto, resta claro – e esse parece ser o entendimento a ser consolidado pela Corte IDH ao longo do tempo – que o Estado tem o dever de atuar nessas situações de verdadeiro “limbo legal”. Ainda nesse mesmo sentido, parece coerente a posição tomada pela Corte IDH ao entender que a composição multiétnica da comunidade é um fato comprovado e que o Estado paraguaio sabia ou deveria saber previamente. Dessa forma, tal configuração multiétnica da comunidade Xákmok Kásek não serve – como alegou o Estado – como razão para a arguida suspensão do caso.

#### **4 AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS E O SISTEMA INTERAMERICANO**

Embora a CADH não faça menção específica aos povos indígenas e seus direitos, aborda-se de forma genérica o tema. Além disso, a CIDH utiliza outros documentos mais específicos como base de orientação, o que vem a garantir uma ampla proteção dos povos indígenas e seu direito a terra.



O direito à propriedade é protegido e interpretado pelo Sistema Interamericano como sendo conectado aos regimes de propriedade que derivam das tradições, costumes e sistemas indígenas de detenção de terra. Observa-se que a CIDH vem cada vez mais oferecendo proteção às terras indígenas e seus recursos naturais, estabelecendo obrigações legais aos Estados nesse sentido. Decisões como a do caso *Awas Tingni vs. Nicarágua* (OEA, 2001) firmam o entendimento de que os povos indígenas têm direito coletivo à propriedade das terras que tradicionalmente usam e ocupam e de que tal direito se fundamenta no direito costumeiro dos próprios povos indígenas, existindo, portanto, independentemente de reconhecimento por meio de títulos do governo sobre tais terras.

Apesar desses avanços e do debate que se faz em torno do direito à propriedade, o foco da análise aqui proposta se volta às condições impostas pelo Estado para o gozo desse direito e sua relação, até certo ponto antinômica, com a autodeterminação das comunidades que o reivindicam.

Primeiramente, quando do debate em torno da violação dos arts. 1º (inciso 1) e 2º da CADH (Capítulo XI, da sentença proferida no caso *Xákmok Kásek*), que tratam do dever de garantir e respeitar os direitos sem discriminação, bem como de adequar seu ordenamento interno, percebe-se uma violação do Estado consistente em não proteger os direitos das comunidades indígenas de forma adequada. Essa violação estaria caracterizada na insistência do Estado do Paraguai em manter na sua legislação interna – bem como na sua política de atuação nas questões agrárias – disposições jurídicas do ordenamento civil, agrário e administrativo que protegem claramente a propriedade privada, em detrimento dos direitos territoriais indígenas. Esse sistema discriminatório, posto em funcionamento pelo governo paraguaio, constitui clara violação aos dispositivos supracitados, na medida em que cabe aos Estados outorgar proteção efetiva que tome conta das particularidades próprias dos povos indígenas. E aí reside o problema.

Rivera Cusicanqui (2010) busca mostrar a exclusão dos povos indígenas e das mulheres no atual contexto boliviano, esclarecendo que isso se dá por meio da omissão de seus dados nas estatísticas do governo. Essa falta de informação – que logicamente é fruto da falta de interesse estatal –, aliada

aos desejos inconscientes de uma minoria dominante, acaba por formar uma representação do “decrecente” dos povos indígenas. Tal fato leva ao enfraquecimento da memória histórica, da autoestima cultural e a uma série de outras depreciações que relegam esses povos a um papel extremamente subordinado nos espaços de reivindicações públicas – tanto legislativas quanto políticas –, resultando na sua discriminação e exclusão.

De fato, esse panorama ainda é recorrente na relação dos Estados com as populações tradicionais. Situações como a observada no caso Xákmok Kásek *vs.* Paraguai ainda aparecem com frequência no universo de casos analisados pela CIDH. Os Estados pouco se adaptam às convenções internacionais, não modificando sua legislação interna de modo a permitir uma maior sintonia com o previsto em nível supranacional, no que diz respeito aos direitos humanos. Mas por que isso acontece? Não seria mais simples para os Estados evitar uma condenação se adaptando ao já previamente imposto?

As respostas para tais questionamentos se encontram em uma consideração sobre a eficácia do Sistema Interamericano, especificamente das sentenças da CIDH frente aos Estados que aceitaram sua jurisdição. Nesse sentido, resta inevitável a conclusão de que não parece atraente aos Estados realizar mudanças drásticas em seu ordenamento interno sem um bom motivo ou sem uma forte “mão” que os obrigue a tanto.

É preciso ter em mente que o cumprimento das sentenças da Corte IDH depende, em grande medida, da boa vontade dos Estados. Bobbio (1992) traz interessantes contribuições sobre o assunto. Quanto a uma proteção efetiva dos direitos humanos, o autor enxerga como dificuldade primeira a própria natureza da comunidade internacional, ou seja, a relação entre os Estados e entre estes e a comunidade internacional, que acaba não garantindo a proteção e tutela desses direitos aos cidadãos. Por exemplo, um governo autoritário em relação à liberdade de seus cidadãos tende a ser mais “libertário” em face da autoridade internacional, o que resulta em um desamparo do cidadão daquele país em conseguir que seus direitos fundamentais sejam protegidos contra as ingerências de seu próprio Estado.

O autor vai direto ao ponto ao afirmar que só será possível falar legitimamente de tutela internacional dos direitos humanos quando houver

uma jurisdição internacional que se imponha e sobreponha às jurisdições nacionais, sendo possível, dessa forma, o avanço da garantia “dentro do Estado” para uma garantia “contra o Estado” (BOBBIO, 1992).

Apesar de Bobbio (1992) ter em certa medida razão, não parece sensato encerrar o debate nesse argumento. Uma vez que o presente estudo parte de uma visão de respeito e valorização das minorias, a mudança – apesar do grau de idealismo que se admite – deve acontecer nos pontos de vista. Desse modo, não parece coerente com a época em que se vive olhar para os direitos humanos como aqueles positivados em documentos internacionais e que apenas por essa razão devem ser respeitados.

Na esteira do que afirma Dworkin (2003), os direitos devem ser vistos como trunfos e, dessa forma, busca-se lutar pela maior eficiência na garantia dos direitos das comunidades indígenas frente às amarras impostas pelas legislações nacionais. A intenção nesse ponto é mudar o foco de atenção, do resultado – punição e reparação – para as causas das violações, como a que se vê no caso da comunidade Xákmok Kásek.

Afirma-se que o modo como se busca a garantia do direito da minoria é, muitas vezes, carregado do próprio ponto de vista que leva às violações. No caso em análise, acaba ferindo o direito à autodeterminação. Tal direito, em uma conceituação superficial, seria o direito ou aspiração de um grupo – que se considera com uma identidade distinta e separada – de se governar, determinando, assim, a situação política e jurídica no território que ocupa. Sobre esse direito, o art. 2º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) explica que “a auto identificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção”, o que foi claramente desconsiderado no caso aqui analisado, resultando na justa condenação do Estado paraguaio pela violação de vários direitos previstos na CADH.

## 5 CONCLUSÃO

O caso Xákmok Kásek *vs.* Paraguai de fato traz à tona um grande leque de problemáticas a ser debatidas; tal fato se deve à falta da devida consideração dos direitos indígenas por parte dos Estados da Organização dos Estados Americanos.

Quanto aos argumentos utilizados pelo Estado no caso, percebe-se um forte cunho etnocentrista quando se coloca o reconhecimento da configuração multiétnica como empecilho para conseguir direitos garantidos aos povos indígenas. Ao afirmar que tal configuração não se enquadra no que está disposto em lei – produto de um ponto de vista ocidental –, desconsidera o olhar das populações indígenas sobre o assunto. Além disso, tal afirmação viola o próprio entendimento de autodeterminação, na medida em que desrespeita o critério de “autoidentificação” que deve ser adotado. Ademais, em uma análise mais ampla, aponta para a falta de uma devida consideração da própria questão indígena, tanto dentro dos países quanto dentro da lógica de proteção do Sistema Interamericano, preocupado eminentemente com as formas de reparação.

Mesmo não se chegando a conclusões definitivas – longe dessa pretensão –, mudar o foco do debate já se mostra como uma contribuição expressiva. É preciso ter em mente, ao analisar casos como o de Xákmok Kásek ou qualquer outro que envolva o direito de populações tradicionais, que todo e qualquer direito deve ser entendido como resultado de um esforço de compreensão e diálogo entre culturas diferentes. Como qualquer esforço nesse sentido, nem sempre resultará satisfatório, mas justamente por isso pode ser aperfeiçoado, em respeito à característica dinâmica que apresentam, na medida em que são produtos das demandas das minorias.

Respeitar o direito dos povos indígenas é, acima de tudo, respeitar a diferença, olhar para o outro como detentor de um ponto de vista a ser não só considerado, mas entendido. Esse “olhar diferenciado” representa o começo para a efetiva garantia dos direitos indígenas, bem como de outras minorias que sofrem com a discriminação.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. O legado da declaração universal dos direitos humanos e sua trajetória ao longo das seis últimas décadas (1948-2008). In: GIOVANNETTI, Andrea (Org.). **60 anos da declaração universal dos direitos humanos: conquistas do Brasil**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

DONNELLY, Jack. **Universal human rights in theory and practice**. 2. ed. London: Cornell University, 2003.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EIDE, Asbjorn; KRAUSE, Catarina; ROSAS, Allan. **Economic, social and cultural rights: a textbook**. 2. ed. London: M. Nijhoff, 2001.

GEERTZ, Clifford. Anti anti-relativismo. In: \_\_\_\_\_. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: COMAS, Juan et al. **Raça e ciência**. São Paulo: Perspectiva, 1960.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai**. Sentença de 24 de agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Comunidade Mayagna (sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua**. Sentença de 31 de agosto de 2001.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **La noción de derecho o lasparadojas de la modernidad post colonial: indígenas y mujeres em Bolívia**. La Paz: Piedra Rota, 2010.

TEREZO, Cristina Figueiredo. **Pela defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais**. Curitiba: Appris, 2014.

**Correspondência | Correspondence:**

Douglas Tarcisio Reis da Silva  
Travessa 07 de setembro, 205, Centro, CEP 68.600-000. Bragança, PA,  
Brasil.  
Fone: (91) 98156-3085.  
Email: [tarcisioreis11@gmail.com](mailto:tarcisioreis11@gmail.com)

Recebido: 28/11/2014.  
Aprovado: 18/06/2015.

**Nota referencial:**

SILVA, Douglas Tarcisio Reis da. Autodeterminação dos povos e o Sistema Interamericano: o caso Xákmok Kásek. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 17, n. 2, p. 33-46, maio/ago. 2015. Quadrimestral.